

# **AFRICANAS E AFRICANOS EM DESTERRO (1850-1888): PRESSUPOSTOS E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

## **AFRICANS IN DESTERRO (1850-1888): SUPPOSITIONS AND POSSIBILITIES FOR THE TEACHING OF HISTORY**

**Ana Julia Pacheco**

E-mail: [anajulia.hp@gmail.com](mailto:anajulia.hp@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo propõe apreender alguns pressupostos teóricos para o ensino da história das populações de origem africana em Desterro/Florianópolis, na segunda metade do século XIX, a partir de revisão bibliográfica da recente produção historiográfica catarinense sobre as experiências desses sujeitos. Articulando com as demandas legais, especialmente no que diz respeito à Lei Federal 10.639/03, o objetivo é discutir e apresentar possibilidades para o ensino do conhecimento histórico desvinculadas de um olhar colonial sobre essas populações.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Populações de Origem Africana; Historiografia.

**Abstract:** This article aims to learn some theoretical suppositions for the teaching of history of African origin populations in Desterro/Florianópolis, in the second half of nineteenth century, from a bibliographic review of Catarinense recent historiographical production about the experiences of these individuals. Articulated with the legal demands, especially to the Federal Law 10.639/0, the goal is to discuss and present possibilities for teaching the knowledge historical detached from a look colonial at the trajectory of these populations.

**Keywords:** Teaching of History; African-Origin Populations; Historiography.

### **Introdução: por uma história sensível**

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em palestra intitulada *O perigo de uma história única*, enfatizou que uma única forma de se contar histórias com somente um único personagem ausenta e atribui sentidos a outros sujeitos e/ou lugares: “Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente”<sup>1</sup>. Segundo ela, a África a partir de uma leitura ocidental foi narrada por discursos e representações distorcidas de suas experiências. Desconstruir essas imagens implica adotar o que Chinua Achebe, chama de “um equilíbrio de histórias”.

No caso da história da presença das populações de origem africana no Brasil em contexto colonial e imperial, quando não há invisibilidade por parte da historiografia acerca

---

<sup>1</sup>ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma única história*. TED, 2009.

Disponível em: [http://www.osurbanitas.org/osurbanitas9/Chimamanda\\_Adichie.pdf](http://www.osurbanitas.org/osurbanitas9/Chimamanda_Adichie.pdf) Acesso: 06 de novembro de 2015.

da atuação desses sujeitos nas relações sociais e culturais que configuraram a sociedade brasileira, os africanos e seus descendentes aparecem, nas bibliografias presentes até meados de 1980 numa ótica deturpada, sob as marcas da escravidão e do racismo, compondo uma leitura ocidental que inferiorizou corpos, práticas culturais e identificações.

No campo do ensino não é diferente. Acompanhando as produções historiográficas do século XIX e dos anos 1930 a 1940, os professores e professoras de história acabam auxiliando na divulgação desta “história única” onde recaem sobre as populações afrodescendentes imagens negativas preconceituosas, contribuindo conseqüentemente na perpetuação do racismo na escola<sup>2</sup>. Nos livros didáticos, por exemplo, permanecem ainda imagens e discursos negativos ou distorcidos sobre as populações de origem africana impressos em suas páginas. Conforme resultados da pesquisa empregada por Lúcia Helena Oliveira Silva (2011) na leitura do livro didático de História, destinado ao Ensino Médio, produzido no estado do Paraná, embora houvesse mudanças no tratamento dado à questão da escravidão, isto é, uma preocupação em tratar da resistência como ação por parte dos escravos “ainda, há o desconhecimento das culturas africanas, dos conflitos e das tensões e demandas de homens e mulheres negros, sobretudo, após a abolição”<sup>3</sup>.

Transformando uma antiga reivindicação do Movimento Social Negro, a Lei Federal 10.639 sancionada em março de 2003, um dos primeiros atos de Luiz Inácio Lula da Silva, alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) tornando obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio<sup>4</sup>. No que diz respeito ao princípio do fortalecimento de identidades e de direitos das populações afrodescendentes no Brasil, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* formuladas um ano após a sanção da lei, orientam para “o rompimento com imagens

---

<sup>2</sup> MUNANGA, Kabengele (Org). *Superando o Racismo na escola*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 15. Para Munanga, os instrumentos de trabalho utilizados na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. “Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar”.

<sup>3</sup> SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Leituras sobre escravidão em livro didático: identidades afrobrasileiras no sul. *Anais do XI Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 2011, p. 14.

<sup>4</sup> CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. A Lei 10.639/03: significados e desafios da luta antirracista no Brasil. 2007. Disponível em: <http://multiculturalismoepopulacoesafricanas.blogspot.com.br/2007/11/desafios-da-implantacao-da-lei-10639-03.html> Acesso: 06 de novembro de 2015.

negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas”<sup>5</sup>.

Walter Mignolo (2003) afirma que, de uma perspectiva epistemológica, os saberes e as histórias locais europeias foram tomadas como projetos globais, formando um imaginário dominante que subalterniza outros povos, práticas de saberes e culturas, trata-se da colonialidade de poder e do saber<sup>6</sup>. Esta colonialidade, segundo Aníbal Quijano (2005), é oriunda da elaboração intelectual do processo de modernidade que produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado<sup>7</sup>. Nessa perspectiva, a história universal é narrada sob um ponto de vista que situa a Europa como referência de chegada onde a maioria dos atores não tiveram a oportunidade serem narrados.

Sobre o pensamento decolonial no ensino de História, Cinthia Monteiro de Araújo (2008, p. 9) discute que é possível localizar a constituição do saber histórico no Brasil nesse contexto de colonialidade de saber e de poder, capaz de criar um modelo único, válido, universal e com o objetivo de produzir conhecimentos, desprezando toda e qualquer alternativa representada por outras epistemologias e racionalidades. Assim, da mesma forma, o ensino de História manteve essa tradição, escolhendo como ponto de referência o lugar do europeu, não apenas como espaço de onde se pensa e se fala sobre o Outro, mas principalmente como espaço epistêmico único capaz de produzir saberes históricos. O desafio, portanto, segundo ela, é pensar o ensino do conhecimento histórico a partir de outro lugar<sup>8</sup>.

Entendemos que a categoria decolonialidade é, assim, fundamental para pensarmos a História e seu ensino, pois permite perceber os sujeitos e suas culturas a partir de seus lugares de fala, rompendo com ações colonizantes, subalternizantes e opressoras. De maneira geral, significa que cada sujeito e local deve ser pensado a partir de suas lógicas, sendo necessário avançar os conceitos e categorias universais que não dão conta dessas experiências.

---

<sup>5</sup> BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: DF, 2004, p. 19.

<sup>6</sup> MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

<sup>7</sup> QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005. pp.227-278.

<sup>8</sup> ARAÚJO, Cinthia Monteiro. De onde ensina a História? O pensamento decolonial no ensino de História. *Anais do 8º ENPEH - Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História: Metodologias e Novos Horizontes*, 2008.

Este artigo é fruto da minha experiência no estágio docência do curso de História<sup>9</sup> da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) ao mesmo tempo, articulada com questões oriundas das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC) onde fui bolsista e atualmente sou pesquisadora associada<sup>10</sup>. O estágio ocorreu durante o ano de 2015 no Colégio de Aplicação (CA) da Universidade do Federal de Santa Catarina (UFSC) com a turma do primeiro ano 1A, no qual, após o período de observação em aula, construímos o projeto intitulado *Entre experiências e narrativas: O ensino de História na perspectiva multicultural* cuja finalidade era discutir o conhecimento histórico através das experiências, falas e narrativas dos diferentes sujeitos que viviam no Brasil na segunda metade do século XIX e de maneira geral, propor um ensino de história que visibilizasse a agência histórica dos sujeitos comuns.

Nesse sentido, junto com a trajetória das populações indígenas, imigrantes e nacionais, trabalhamos com a história das populações de origem africana pensando em Santa Catarina, especificamente Desterro (atual Florianópolis), objetivando, conforme nosso planejamento, evidenciar as experiências de africanas e africanos de maneira plural, perpassando questões que envolvem o cativo, solidariedades, religiosidades e resistências. Para isso, pesquisamos e consultamos bibliografias que dessem suporte ao desenvolvimento das aulas. Tal movimento nos fez perceber a crescente produção historiográfica sobre essas populações e sua contribuição na ampliação do modo de ver a história desses sujeitos e, ao mesmo tempo, percebê-la como um instrumento estratégico para o ensino de História, distanciado de noções negativas e discriminatórias sobre essas populações.

Quais as possibilidades didáticas que a recente historiografia nos permite pensar para o ensino de história das populações de origem africana no período oitocentista? Que pressupostos levantados por essa produção contribuem para um olhar decolonial sobre esses sujeitos? Buscando refutar sobre essas questões dividimos o artigo da seguinte maneira: num primeiro momento apresentaremos e discutiremos a produção historiográfica entre os anos de 2008 a 2015 sobre as populações de origem africana em Desterro (1950-1988), identificando os temas, as fontes, o recorte espacial e temporal, os sujeitos e seus modos de viver que

---

<sup>9</sup> Desenvolvido através das disciplinas Estágio Curricular Supervisionado II e III com os colegas Pedro Almeida Gomes e Nayara Lopes, sob orientação da profa. Dra. Luciana Rossato.

<sup>10</sup> Criado em 2003, o NEAB/UDESC tem por finalidade auxiliar a universidade na elaboração e desenvolvimento de políticas de promoção de igualdade racial e respeito a diversidade cultural em Santa Catarina. O núcleo desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a valorização das populações de origem africana e indígena. Ver: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; LIMA, Graziela dos Santos; PACHECO, Ana Júlia. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC): 10 anos de História. In: SANTANA, Santana; COELHO, Wilma de Nazaré Baía; CARDOSO, Paulino de Jesus Cardoso. (Org.). *O Enfrentamento do racismo e preconceito no Brasil: A experiência de Neab's*. 1ed. Itajaí: Casa Aberta, 2014.

protagonizaram a escrita desses historiadores. Num segundo momento, entrelaçaremos a produção desse conhecimento acadêmico com o campo do ensino de história, articulando as discussões empregadas pela Didática da História que, segundo Jörn Rüsen (2010) “é o campo do ensino acadêmico ou a instituição, acadêmica que se dedica aos problemas nascidos das necessidades, experiências e competências daqueles que estão dispostos a dar aulas de história”<sup>11</sup>, apontando perspectivas docentes para a sala de aula.

### **Estudos africanos e da diáspora em Santa Catarina: uma recente historiografia**

Ao elaborar uma classificação didática sobre a produção historiográfica catarinense, Cristina Scheibe Wolff (2009) nos apresenta três grupos principais: o primeiro, “abordagem estadual tradicional” é formado por obras que se pretendem estaduais dando grande importância de maneira geral a eventos políticos de âmbito local, apresentando grande preocupação com nomes ilustres, políticos, empresários, religiosos, com biografias e cronologias referentes a estes personagens. Em sua fala “o que chega à população, seja através das escolas, seja através da imprensa e de folhetos turísticos, é muito ainda a história tradicional que [...] pouco dizem respeito a essa população, sua cultura e aspirações”<sup>12</sup>. O segundo grupo, “abordagem local tradicional”, abarca dezenas de obras de âmbito municipal, fruto do esforço solitário de historiadores, muitas vezes amadores.

Na “abordagem temática”, terceiro grupo delimitado pela autora, a escolha de objetos temáticos do estudo histórico fogem do padrão tradicional estabelecido pelas divisões políticas nacionais, estaduais e municipais. Sob influência da chamada Escola dos *Annales* estes historiadores foram incorporando a proposição da história-problema, ou seja, da negação da simples narrativa de acontecimentos em função da problematização de questões das quais ele deve responder. Outrossim, a interdisciplinaridade com relação a outras ciências sociais, a atenção a fontes muitas vezes desdenhadas pelos historiadores tradicionais, tais como a iconografia e a literatura, bem como a possibilidade de centrar os estudos em temas e processos antes colocados à margem da história, foram algumas das modificações desenvolvidas.

Em diálogo com as características da abordagem temática proposta por Wolff, Janice Gonçalves (2003) destaca a existência de uma "nova geração" de historiadores catarinenses,

---

<sup>11</sup> RÜSEN, Jörn. Entrevista com o Prof. Dr. Jörn Rüsen realizada no Kulturwissenschaftliches Institut-nrw, Essen, Alemanha em 20.2.2008, conduzida pelo Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva/UFG. *Revista de Teoria da História*. Ano 2, Número 4, dezembro, 2010, p.182.

<sup>12</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate*. *Revista Santa Catarina em História* - Florianópolis - UFSC – Brasil, v.1, n. 1, 2009, p.53.

forjada a partir de fins dos anos 1980. A "novidade" nestes pesquisadores residiria na abordagem problematizadora dos objetos, na postura crítica frente aos objetos e às fontes, na eleição dos sujeitos históricos tradicionalmente "excluídos", nos distintos critérios de periodização, tendo maior sensibilidade quanto à complexidade das temporalidades históricas, nos diferentes procedimentos de eleição dos eventos históricos estudados e até mesmo nas fontes compulsadas e analisadas, utilizando uma maior diversidade de fontes, para além da documentação administrativa pública de caráter arquivístico<sup>13</sup>.

É por essas linhas, dessa nova forma de se fazer história, que os trabalhos colhidos narrarão recortes das experiências de africanos e seus descendentes na ilha portuária do sul do Brasil. Em sua maioria, essas obras localizam-se no âmbito das pesquisas dos estudos africanos no estado de Santa Catarina. Entende-se aqui os estudos africanos a partir da perspectiva de Marluce de Lima Macedo (2013), enquanto um campo de conhecimento interdisciplinar, referente à história, a cultura, a memória e a experiência dos africanos e afrodescendentes no mundo “estudos sobre a África e as Diásporas Africanas nas redes complexas que as populações negras constituíram e nas quais foram constituídas”<sup>14</sup>

Por meio de uma pesquisa *online*<sup>15</sup> e no espaço físico da Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC tivemos acesso a alguns trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos) relacionados à história da presença africana, em Desterro/Florianópolis, produzidos no espaço de algumas Instituições de Ensino Superior do Estado<sup>16</sup>, e publicados entre os anos de 2008 a 2015. Tais trabalhos deram suporte à formulação da proposta de aula e de uma oficina sobre a temática, onde escolhemos alguns documentos dos períodos utilizados por esses autores e autoras (século XIX) para análise de fontes conjunta com os estudantes do primeiro ano.

É necessário destacar que os títulos aqui selecionados e apresentados foram colhidos a partir da pesquisa descrita acima para a elaboração das aulas do estágio, alguns inclusive, foram textos que tive acesso durante a formação acadêmica na graduação e nos grupos de

---

<sup>13</sup> GONÇALVES, Janice. Arquivos e historiografia sobre Santa Catarina (1977-2002). *Anais da ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003, p. 3.

<sup>14</sup> MACEDO, Marluce de Lima. Estudos Africanos e Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira: Digressões e Encruzilhadas. *Anais Eletrônicos – VI Encontro Estadual de História – ANPUH/BA*. Ilhéus, Baía 2013, p. 6.

<sup>15</sup> A pesquisa foi realizada por meio de busca no <https://www.google.com.br> com algumas palavras-chaves, tais como “populações de origem africana em Santa Catarina”; “escravidão em Desterro”; “libertos e forros em Desterro”; “Africanos em Desterro”, “Irmandades em Santa Catarina”.

<sup>16</sup> Foram encontrados trabalhos identificados dos Departamentos de História e dos Programas de Pós-Graduação da UFSC e UDESC.

estudos desenvolvidos pelo NEAB/UEDESC, portanto trata-se de uma pesquisa exígua e delimitada conforme o lugar de onde falo.

Pensando na abrangência de investigações produzidas, realizamos uma sistematização conforme as temáticas discutidas em cada trabalho:

## 1. Experiências/ Cotidiano/ Cativo/ Ofícios

O livro intitulado *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*<sup>17</sup>, tese de Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2008), acompanha os esforços por uma renovação da prática historiográfica preocupada não apenas com os projetos das elites, mas também, com as experiências populares, seus papéis informais, as formas culturais, através dos quais enfrentavam no cotidiano. Através de documentos, como processos criminais e de liberdade, alforrias, censos, relatórios de chefes de polícia, inventários, ofícios da Câmara de Desterro, registros paroquiais, entre outros, o autor nos narra histórias da presença africana na ilha de Santa Catarina, discutindo a inserção desta população no mercado de trabalho e na organização dos bairros, os múltiplos laços, verticais e horizontais, que cimentaram uma coesão social indicando sonhos e projetos de cativos, livres e libertos de origem africana na cidade. O autor trabalha também com os vínculos familiares e os laços de sobrevivência destes sujeitos, bem como os esforços para o resgate de suas liberdades.

Em artigo intitulado *Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888*, parte integrante de sua tese de doutorado, Cardoso afirma que seu desejo é recuperar a história das profissões, as relações familiares, os locais de moradia, as redes de solidariedade, os esforços para conquista da liberdade, construídos por africanos e seus descendentes, hoje, afro-brasileiros, na capital catarinense, assim:

A proposta de diálogo com certas vertentes da História Social em Santa Catarina busca apreender as opções teóricas e metodológicas que, até o presente, sustentam a interpretação da sociedade florianopolitana e catarinense, que minimiza a importância da escravidão africana, coisifica cativos e libertos e contribui para a invisibilidade das experiências africanas<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis*. Séc. XIX. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2008. Esta obra é a primeira publicada pela Coleção África-Brasil organizada pelo NEAB/UEDESC em parceria com a Editora Casa Aberta. Neste artigo, somam-se mais títulos desta coleção ao longo do texto. Para acesso online dos livros, consulte o blog Enredos da História no link: <http://enredosdahistoria.blogspot.com.br/>

<sup>18</sup> CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888*. *PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*. UniCEUB, FACJS, vol.2, n.1, 2007, p. 15.

Na coletânea organizada por Beatriz Galloti Mamigonian e Joseane Zimmermann Vidal (2013) *História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina* encontram-se textos baseados na pesquisa em documentos de arquivo preocupados em denunciar a invisibilidade da presença africana na cidade de Desterro, onde se busca demonstrar a participação histórica dessas populações na história da cidade, na qual segundo elas, “Florianópolis, há bastante tempo, tem sido vista e interpretada como terra de “tradições açorianas”, e o estado de Santa Catarina como próspero graças à fixação de europeus”<sup>19</sup>. As autoras identificam a história do atlântico negro no estado catarinense, através de narrativas que discutem as temáticas sobre o tráfico de escravos, as experiências de trabalho e a organização de famílias entre os cativos na armação da baleeira da Lagoinha, nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição, também as experiências sobre a organização da Irmandade do Rosário, as festas de escravizados e libertos na ilha de Santa Catarina, a configuração de quilombos e fugas dos cativos, e a participação de africanos e seus descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro.

No artigo *Pretos e Pretas de Nação: tecendo vínculos e reconstruindo vidas na diáspora, Desterro, 1850/1880* de Claudia Mortari e Fábio Amorim Vieira (2013) também é evidenciado a presença das populações africanas, especificamente os chamados pretos de nação<sup>20</sup>, na cidade do Desterro, na segunda metade do século XIX a partir do estudo de alguns de seus vínculos familiares. As fontes analisadas pelos autores abarcam notícias de jornais, ofícios criminais e cartoriais e relações de trabalho onde buscou-se analisar os constantes processos desconstrução e reinvenção de suas identidades no contexto da diáspora. As evidências constatadas apontam que os pretos e as pretas de nação, ao desenvolverem seus trabalhos na cidade acabaram estabelecendo diversos vínculos de solidariedade, que indicam possibilidades de escolhas e de formas de lidar com as incertezas de sua existência de uma forma que pode parecer ambígua, mas intrínsecas em suas vivências, dentro de um tempo e contexto<sup>21</sup>.

A monografia de Gabrielli Debortoli (2015) intitulada *Fios que tecem as tramas de vidas em diáspora: fragmentos das trajetórias de Ritta Pires, Joaquim Venancio e outros sujeitos de origem africana na ilha de Santa Catarina (1815-1867)* apresentou questões

---

<sup>19</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. VIDAL, Joseane Zimmermann (Orgs). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p.11.

<sup>20</sup> Populações africanas que viviam no Brasil.

<sup>21</sup> MORTARI, Claudia; VIEIRA, Fábio Amorim. Pretos e Pretas de nação: tecendo vínculos e reconstruindo vidas na diáspora, Desterro, 1850/1880. *Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, 2013.

relacionadas ao cotidiano de populações de origem africana que viviam na Ilha de Santa Catarina na primeira metade do século XIX. Discutindo experiências individuais e coletivas dessas populações, tendo por fio condutor as trajetórias de Ritta Pires e de Joaquim Venâncio, a autora identificou os sujeitos encontrados nas documentações traçando suas trajetórias individuais e as relações estabelecidas com outras pessoas, buscando o nome dos indivíduos em fontes como registros de batismo da Igreja Matriz da Paróquia de Desterro, documentos da Irmandade do Rosário, inventários, testamentos e correspondências do chefe de Polícia da Província. Tal como salientado por Debortoli “as populações de origem africana em Desterro não formavam um grupo homogêneo de forma que homens e mulheres possuíam uma infinidade de origens e condições jurídicas”<sup>22</sup>. Assim, a origem (crioulos ou africanos), cor (pretos ou pardos), condição social (escravizados, libertos ou livres) e aspectos culturais e étnicos compartimentavam e criavam hierarquias sociais entre essa parcela da população.

No material didático organizado por Paulino de Jesus Francisco Cardoso e Karla Leandro Rascke (2014), *Formação de professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana*, na terceira parte do módulo intitulado “História das populações de origem africana no Brasil” aborda alguns aspectos acerca das experiências das populações de origem africana em Santa Catarina, especialmente em Desterro/Florianópolis, no período que compreende o século XIX e primeiras décadas do XX. Conforme revisão bibliográfica efetuada o objetivo é visibilizar experiências desses sujeitos africanos tendo em vista que o “esquecimento” em relação à memória e história destas pessoas é ideológico e articulado a projetos institucionais hegemônicos. Segundo Karla Leandro Rascke e Tamelusa Ceccato do Amaral, autoras do capítulo específico sobre a história africana e de afrodescendentes em Santa Catarina, por muito tempo em nossa História, houve um silêncio sobre as populações de origem africana no estado “na gama de produções historiográficas tradicionais e clássicas sobre nosso estado, até os anos de 1990 – praticamente -, é perceptível a ausência de estudos e publicações referentes às experiências de africanos e afrodescendentes”<sup>23</sup>.

Recentemente lançado pelo NEAB/UEDESC o livro *Introdução dos Estudos Africanos e da Diáspora*, terceiro volume da “Coleção Estudos Africanos e da Diáspora”, sob

---

<sup>22</sup> DEBORTOLI, Gabrielli. *Fios que tecem as tramas de vidas em diáspora: fragmentos das trajetórias de Ritta Pires, Joaquim Venancio e outros sujeitos de origem africana na ilha de Santa Catarina (1815-1867)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado do Santa Catarina (UEDESC). Florianópolis, 2015, p.14.

<sup>23</sup> AMARAL, Tamelusa Ceccato do; RASCKE, Karla Leandro. As populações de origem africana em Santa Catarina. In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. RASCKE, Karla Leandro (Orgs). *Formação de Professores: promoção e difusão de conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Florianópolis: Editora Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2014, P.169.

organização de Claudia Mortari (2005), localiza-se na terceira parte, intitulada “Experiências das Populações Africanas e Afrodescendentes na diáspora brasileira”, dois textos que contemplam a história da presença africana em Desterro. O primeiro trata da reconstituição de vínculos de solidariedades, os chamados *pretos de nação*, e o segundo aborda as festas e celebrações religiosas desenvolvidas no âmbito da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, apresentando aspectos sobre a fundação, a organização e o funcionamento da Irmandade, bem como elementos constitutivos das práticas festivas dos agremiados, além de indicar tensões destes membros com a Igreja Católica. Nas considerações da autora as populações de origem africana “consolidaram redes de solidariedade, estabeleceram formas de articulação com diferentes sujeitos e grupos, formaram suas congregações, organizaram suas festas e desfiles, mobilizaram sonhos e vivenciaram seus universos culturais”<sup>24</sup>.

## **2. Confrarias Religiosas/ Práticas Culturais/ Solidariedades**

Michelle Maria Stakonski (2008) em sua monografia intitulada *Da sacristia ao consistório: Tensões da Romanização no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910)* buscou discutir o processo de modificação de práticas devocionais e manifestações religiosas de cunho popular realizadas no âmbito da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos num contexto de homogeneização das práticas culturais plurais de uma cidade onde passaram a conviver, em meados da Primeira República, sujeitos luso-brasileiros, afrodescendentes e alemães. Para a autora, que pesquisou no acervo composto de livros ata, caixa e registros de irmãos que pertenceram à Irmandade, interessa compreender as modificações das práticas devocionais e da estrutura de funcionamento da Igreja Católica como um processo marcado pela coexistência de tensões, permanências, continuidades e intermitências, no seio de uma instituição leiga da cidade de Desterro/Florianópolis. Em meio a isso, a autora destaca que, ao escrever a história de uma população outrora invisível em nossa historiografia, “observamos a presença de sujeitos que fizeram parte de espaços, como

---

<sup>24</sup> RASCHE, Karla Leandro. Festas e celebrações religiosas: considerações sobre vivências na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito In: MORTARI, Cláudia (Org). *Introdução dos Estudos Africanos e da Diáspora*. Florianópolis: DIOESC, 2015, p. 163.

o de uma irmandade religiosa católica, seio de invenções de liberdade, sociabilidades e lutas”<sup>25</sup>.

“*Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria Agora e na hora de nossa morte*”: *A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880)* obra de Maristela dos Santos Simão (2008) discorreu sobre a presença de irmandades e confrarias religiosas organizadas por pessoas cativas, libertas ou “homens livres de cor” que existiram na capital catarinense dos oitocentos, tendo como recorte temporal as décadas de 1860 e 1870. Concentrado o estudo na Irmandade do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, a autora buscou vislumbrar formas de organização, interação cultural e controle social desenvolvidos nestes espaços compreendendo a importância destas associações na vida dessas populações. Simão também identificou a presença de conflitos entre a hierarquia religiosa e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, pois em Desterro, ao longo do século XIX, segundo ela “as irmandades (Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Nossa Senhora do Parto e Nossa Senhora da Conceição), se constituíram em espaços ambíguos de controle e autonomia das populações de origem africana”<sup>26</sup>.

Sob organização de Paulino de Jesus Francisco Cardoso e Claudia Mortari (2008) a obra *Pretos/as do Rosário: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX)* discutiu as experiências e vivências das populações de origem africana na antiga Desterro/Florianópolis tendo como foco central a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, no contexto do século XIX até as primeiras décadas do XX. De acordo com os organizadores, há algumas décadas a historiografia catarinense, concomitante ao contexto de reformulação da abordagem dos estudos e das pesquisas em âmbito nacional, através da utilização de novas fontes de pesquisa, bem como, de novas abordagens teóricas e metodológicas do fazer histórico, tem buscado romper com a invisibilidade da presença africana em Santa Catarina, ampliando o leque de reflexões sobre a temática. Neste movimento “discussões acerca dos vínculos parentais, das formas de trabalho, de religiosidades, das ações de liberdade, das sociedades recreativas, dos laços de solidariedades, entre outras, tem sido objetos de estudos e de pesquisas”<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> STAKONSKI, Michelle Maria. *Da sacristia ao consistório: Tensões da Romanização no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910)*. Itajaí: Casa Aberta, 2008, p.127.

<sup>26</sup> SIMÃO, Maristela dos Santos. “*Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na hora de nossa morte*” *A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880)*. Itajaí: Casa Aberta, 2008, p. 18.

<sup>27</sup> CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; MORTARI, Claudia (Orgs). *Pretos/as do Rosário: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX)*. Itajaí: Casa Aberta, 2008, p. 13.

Nesse sentido, num esforço de evidenciar a presença, as inúmeras experiências e as vivências históricas das populações de origem africana em Desterro/Florianópolis, Santa Catarina, sul do Brasil, a obra reúne resultados de investigações sobre a origem dos irmãos (descendentes de europeus, africanos ou afrodescendentes), a sua condição jurídica (escravo, liberto ou livre), a organização da instituição, o cotidiano e as ações empreendidas pelos irmãos objetivando construir laços de solidariedade e ajuda mútua, os conflitos no interior da Irmandade, as relações estabelecidas com outros sujeitos sociais na instituição e na cidade, as formas de angariar recursos e como estes eram aplicados (as festas, a construção da Igreja, os cultos, os enterros), as ações e decisões da mesa administrava da irmandade entre outros.

O trabalho de conclusão de curso em História de Karla Leandro Rascke, publicado em livro (2010) intitulado *Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860 a 1890)* também propôs apreender as experiências de africanos e seus descendentes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, com foco nas festividades organizadas pela instituição, sob leitura e análise de livros-ata, livros-caixa, registros de irmãos, documentos diversos, anotações de periódicos catarinenses, entre outros, que compõem o acervo do Centro de Memória e Informação sobre Afrodescendentes do NEAB/UDESC. Rascke, além de descrever a vida cotidiana dos africanos e afrodescendentes que percorrem cidade de Desterro no século XIX, suas ruas, comércios, relações de trabalho, condições de moradia, nas suas quitandas vendendo quitutes, nos bairros onde moram e a mobilidade com que transitam por toda a cidade, no porto onde exercem funções fundamentais para o andamento da vida cidadina, nas casas e instituições onde adentram para conseguir esmolas aos seus santos padroeiros em virtude das festividades na Irmandade, também discute sobre as festividades da instituição no momento máximo da vida da Irmandade. Tais festas segundo ela, eram permeadas de muito preparo, adornos, rituais e uma procissão ao santo de devoção, quando era celebrada anualmente pelos irmãos que realizavam ao menos “uma missa rezada”, quando seus cofres não permitiam toda a pompa sempre demonstrada<sup>28</sup>.

*Os Homens Pretos do Desterro: Um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860)* dissertação de Claudia Mortari (2011) procurou compreender as estratégias de solidariedades entre os irmãos associados, pretos, escravos e forros, à

---

<sup>28</sup> RASCKE, Karla Leandro. *Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860 a 1890)*. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

Irmandade Nossa Senhora do Rosário fundada em 1750, como a importância da educação das crianças, a compra da alforria e o enterro dos irmãos falecidos, práticas segundo ela que configuravam a instituição como um lugar importante e de legitimidade para africanos e afrodescendentes em Desterro.

Ao ter contato com os documentos da irmandade tais como os compromissos, relatos de escrivão, atas, requerimentos entre outros, Mortari aponta uma diversidade de práticas sociais, de estratégias e alianças entre esses sujeitos, e por vezes também tensões, dilemas e problemas com que eles se deparavam no cotidiano, assim

[..] há não sujeitos históricos e abstratos, porém pessoas com nome, por vezes endereço e profissão conhecida. Logo, a partir da Irmandade, é possível flagrar momentos na cidade e nas práticas sociais das populações de origem africana na Desterro oitocentista, provinciana e escravista<sup>29</sup>

### **3. Liberdade/ Resistências/ Abolição**

*Estratégias Institucionais de liberdade: Um estudo acerca do fundo de Emancipação dos escravos em Nossa Senhora do Desterro 1872-1888* trabalho de conclusão de curso em História de Fabiano Dauwe (2008) discutiu, sob a ótica do Fundo de Emancipação de Escravos, o significado da escravidão, da liberdade e da interferência estatal em um processo que, há séculos, extraía sua legitimidade exclusivamente de uma decisão de foro privado, na forma de uma concessão de liberdade do senhor ao cativo. Para o autor, é central entender as circunstâncias históricas que tornaram insuficiente esse tratamento privado da alforria e da escravidão, de modo a "dar visibilidade a histórias como essas, de pessoas comuns de origem africana, que procuraram no Fundo de Emancipação de Escravos um instrumento de busca pela liberdade"<sup>30</sup> buscando não apenas identificar quantitativamente a eficácia na libertação de escravos, mas observar as pessoas em suas vidas e motivações, desvendando as implicações políticas e ideológicas desse instrumento legal, contribuindo assim, na ampliação de estudos sobre o processo de abolição no Brasil e em Desterro.

Tamelusa Ceccato do Amaral (2008) em sua monografia *As "camélias" de Desterro: a campanha abolicionista e a prática de alforriar cativos (1870-1888)* apreende os significados da prática da alforria de cativos africanos na segunda metade do século XIX, na capital catarinense a partir da leitura sistemática de cartas de alforria e contratos de locação de

---

<sup>29</sup> MORTARI, Claudia. *Homens Pretos do Desterro: Um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860)*. Itajaí: Casa Aberta, 2011, p. 25.

<sup>30</sup> DAUWE, Fabiano. *Estratégias Institucionais de liberdade: Um estudo acerca do fundo de Emancipação dos escravos em Nossa Senhora do Desterro 1872-1888*. Itajaí: Casa Aberta, 2008, p. 12.

serviços e artigos selecionados nos títulos de jornais de Desterro favoráveis à causa abolicionista. Entre os títulos analisados estão o *Jornal do Commercio* (1880 a 1888), *O Argos da Província de Santa Catarina* (1856 a 1862), *A Regeneração* (1868 a 1887), *O Abolicionista* (1884 a 1885), e *O Despertador* (1863 a 1885). Em suas considerações a autora enfatiza que “a participação dos cativos foi muito mais significativa do que a história catarinense supunha até alguns anos atrás, e que o papel dos senhores pouco ou nada tem a ver com ideais humanitários e caridosos”<sup>31</sup>. Outrossim, Amaral observa que o abolicionismo em Desterro pareceu mais uma iniciativa para amenizar o impacto que o fim das relações servis teria no cotidiano dos senhores do que uma preocupação com a degradação do ser humano reduzido à Escravidão, revelando esforços por parte da elite lusa, para manter o controle sobre seus cativos e do estilo de vida sob hierarquias sociais.

### **Entre a pesquisa e o ensino: história das populações de origem africana**

Conforme os aspectos gerais apresentados sobre cada produção, identificamos alguns pressupostos comuns que direcionam para um ensino de história das populações de origem africana em contexto oitocentista desprendido de uma ótica ocidental e colonial sobre as imagens e trajetórias desses sujeitos.

A busca pela memória e o esforço para a visibilidade da agência história desses sujeitos é o fator motor de todos os autores que versam sobre quaisquer experiências que envolvem os africanos e seus descendentes em Desterro/Florianópolis. Rascke (2010, p. 28), por exemplo, destaca que seu “estudo se situa nos termos de um combate pela memória, um engajamento no esforço para retirar das garras do esquecimento as marcas da presença africana”. Simultâneo a isso, a crítica sobre a produção discursiva (jornalística, televisiva, imagética, teórica, turística) de um estado hegemonicamente germânico que se identifica como “um pedacinho da Europa”, é desenvolvida na maioria das obras, que buscam narrar outras histórias, a história de homens e mulheres comuns. Ainda no caso de Florianópolis, conforme destacado anteriormente por Mamigonian e Vidal (2013) propaga-se a cultura da açorianidade, impedindo o reconhecimento de outros grupos presentes e expressivos na região.

As experiências cotidianas dessas populações é o tema-chave fundamental que desenrolará essas narrativas historiográficas. Nesse caso, desvinculando de uma perspectiva

---

<sup>31</sup> AMARAL, Tamelusa Ceccato do. *As “camélias” de Desterro: a campanha abolicionista e a prática de alforriar cativos (1870-1888)*. Itajaí: Casa Aberta, 2008, p. 11.

tradicional de história “vista por cima”, os sujeitos africanos e africanas tornam-se protagonistas das linhas que versam suas trajetórias. A substituição de “os escravos” e/ou “os negros” por Josefina, Francisco, José, Rofina, Joaquim, João, Balbina, Madalena, Florência, Honorado, Deolino, Julião, enfim, a citação de seus nomes, permite a compreensão de diferentes experiências de vida para além da lógica da escravidão ou racista. Como destacado por Cardoso (2008, p. 34),

[...] **nosso trabalho não pretende se limitar à temática da escravidão, enquanto instituição e forma de organização do trabalho, tendo por eixo a problemática da resistência e da acomodação escrava.** Nossos olhos estão na cidade de Desterro e **nas experiências** dos seus habitantes africanos, buscando indicarem que medida a presença africana livre, cativa ou liberta, estava no centro das relações sociais que estabelecíamos contornos de uma configuração urbana e instituíamos papéis sociais, a distribuição de prestígio e poder e a própria percepção de civilidade na segunda metade do século XIX. (grifo nosso)

Duas das obras listadas<sup>32</sup> são materiais didáticos produzidos para cursos de formação e capacitação de professores/as da rede de ensino de Santa Catarina para implementação da Lei Federal 10.639/03. Trata-se de textos escritos por pesquisadores e pesquisadoras associados às problemáticas colocadas pelos estudos africanos que articulam a produção adequada da escrita da história dessas populações a um movimento político orientado pela Lei e suas DCN's de disseminação desses conhecimentos em sala de aula, com fins de reconhecer e valorizar a cultura africana e afro-brasileira do ponto de vista afirmativo.

O olhar sobre as fontes escritas e produzidas por homens e mulheres comuns permitiu aos investigadores mapear a presença dessas populações e sua participação nas relações sociais da cidade, interpretando suas experiências a partir de uma leitura crítica dos documentos. Nas dificuldades encontradas, Debortoli (2015, p. 62) discutiu a apreensão sentida com relação às limitações documentais para se investigar a trajetória dessas populações:

Uma questão de extrema importância com relação as fontes documentais foi preencher as lacunas deixadas por estas. **Por se tratarem de pessoas comuns, poucos são os documentos que registram suas vidas, de forma que se torna necessário buscar experiências de outros sujeitos em condições semelhantes para criar hipóteses sobre as lacunas.** Ainda assim, nenhuma dessas hipóteses pode ser considerada uma resposta final, pois é apenas uma das interpretações possíveis acerca do passado. Ligada a essa questão, há o fato de que os nomes dos sujeitos variam em alguns documentos. Em se tratando de africanos vivendo na diáspora, as formas de identificação podem variar ao longo da vida, em função das

---

<sup>32</sup> MORTARI, Cláudia (Org). *Introdução dos Estudos Africanos e da Diáspora*. Florianópolis: DIOESC, 2015; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. RASCHE, Karla Leandro (Orgs). *Formação de Professores: promoção e difusão de conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Florianópolis: Editora Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2014.

estratégias e dos laços criados por estes sujeitos. Os nomes de Ritta e Joaquim Venancio na metade do século XIX não são exatamente os mesmos que aparecem nos registros de batismo que pensamos ser referentes a seus filhos e afilhados, encontrados nas décadas de 1810 e 1820. (grifo nosso)

Para Joaquim Pratts as explicações científicas do mundo social não estão presentes na metodologia da educação, especialmente na área de História. A ausência do método científico faz com que as disciplinas das ciências sociais, diferentes das naturais (biologia e química por exemplo) sejam consideradas de memorização, desestimulando e dificultando o ensino/aprendizagem do conhecimento histórico. Não obstante, Pratts defende que ensino da história requer a introdução do método histórico, ou seja, o acesso a estrutura do conhecimento, nessa perspectiva segundo ele, deve-se implementar um ensino de história que tenha muito presente como é o método de análise histórica<sup>33</sup>. Assim, é fundamental a utilização de documentos históricos para o desenvolvimento de aulas de história.

Em uma pesquisa realizada por Rosalyn Ashby (2006) voltada para identificar e discutir a compreensão dos alunos quanto aos diferentes tipos de afirmação histórica, fora constatado que os estudantes do ensino fundamental tratam as afirmações históricas como um problema, apelando para autoridade ligação o sujeito do problema com o vestígio que deixou, no entanto, também revelaram que algumas crianças também são capazes de fazer distinções entre essas diferentes afirmações. A autora enfatiza que a investigação histórica deve estar no centro do currículo, pois há diversos tipos de evidências do passado que devem ser manipuladas por diferentes tipos de investigação, já que existem diferentes tipos de questionamentos preocupados em produzir diferentes tipos de afirmação. Portanto, o uso crítico das fontes e o questionamento dos testemunhos são aspectos importantes que devem ser levados em conta no momento do ensino de história escolar<sup>34</sup>.

Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner (2008) consideram que a história ensinada pode inserir-se no movimento de crítica dos documentos impulsionado pela pesquisa histórica, possibilitando a criação de alternativas pedagógicas que incluam a possibilidade de usar as mesmas fontes com as quais os pesquisadores criam relatos sobre o passado, no cotidiano da sala de aula. Segundo os autores, a redefinição do conceito de fonte histórica dobrou o olhar da disciplina História para aspectos da vida social, tais como o imaginário, as mentalidades, o cotidiano, a vida privada, sensibilidade, no campo das temáticas investigadas a mudança “também permite abandonar a velha história eurocêntrica e abordar a história dos

---

<sup>33</sup> PRATS, Joaquim. Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. *Educar*, Curitiba, Especial, p. 191-218, 2006.

<sup>34</sup> ASHBY, Rosalyn. Desenvolvendo um conceito de evidência histórica: as ideias dos estudantes sobre testar afirmações singulares. *Educar*, Curitiba, Especial, p.151-170, 2006.

povos africanos e indígenas, que outrora eram objetos de estudo quase exclusivos da Antropologia”<sup>35</sup>. Desse modo, o uso de fontes em sala de aula é mais eficiente, na medida em que apresenta a complexidade da construção do conhecimento histórico, tirando do documento o caráter de prova permitindo abordar o relato histórico como uma interpretação.

Nessa perspectiva, a proposta de aula/oficina da historiadora portuguesa Isabel Barca<sup>36</sup> foi central ao longo de todo o estágio docência, na medida em que o exercício de interpretar o passado neste tipo de aula cabe ao próprio do aluno, a partir da leitura e análise de documentos históricos selecionados pelo professor, rompendo com as aulas tradicionais centradas no passado narrado somente pelo docente no papel de transmissor.

Na aula/oficina o estudante é o agente de sua formação, portanto já possui ideias prévias e experiências diversas; o professor torna-se o investigador social e organizador de atividades cujo objetivo é problematizar; o modelo do saber é multifacetado e há vários níveis; e a avaliação é o próprio material produzido pelo aluno<sup>37</sup>. Todavia, conforme aponta Rüsen deve-se levar em conta que o aprendizado da história acontece em todo lugar, na mídia, nos museus, na cultura popular. “A categoria central é consciência histórica e não transmissão histórica. A consciência histórica não pode ser transmitida ela só pode ser formada, cultivada”<sup>38</sup>.

### **Considerações finais**

Este artigo foi escrito num esforço de propor a sistematização de algumas produções historiográficas e articulá-las com as discussões sobre ensino e aprendizagem de História, especificamente as narrativas que abordam as experiências das populações de origem africana em Desterro na segunda metade do século XIX, a fim de aproximar a escrita da história produzida em contexto acadêmico nas universidades com a prática docente dos professores e professoras que lecionam nas redes de ensino.

Identificamos nessas produções avanços com relação às temáticas abordadas, a utilização das fontes a partir da crítica ao documento e a busca por rastros que marcam a passagem dos sujeitos africanos e seus descendentes, a forma sensível com esses historiadores e historiadoras narraram as experiências dessas pessoas de modo a visibilizar sua agência na

---

<sup>35</sup> PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008, p.114.

<sup>36</sup> BARCA, Isabel. Aula Oficina: um projeto à avaliação. In. BARCA, Isabel (org.) *Para uma educação histórica com qualidade*. Braga: Uminho,2004.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> RÜSEN, 2010, p. 182.

cidade e na sociedade que estavam inseridas e a intenção de transformar esses estudos em material didático acessível para os professores e professoras estarem trabalhando com a Lei Federal 10.369/03 em sala de aula.

Do ponto de vista do ensino de história, podemos pensar que os aspectos positivos encontrados nesta recente escrita auxiliam e complementam as novas proposições didáticas para o ensino do passado as crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio de forma mais adequada e eficiente. O uso crítico das fontes é sem dúvida uma estratégia significativa para a compreensão do conhecimento histórico, em nosso caso, é fundamental para perceber a atuação das populações de origem africana distanciada de versões distorcidas sobre suas trajetórias, numa leitura decolonial.

Sublinhamos que todas as obras citadas estão disponibilizadas *online* ou fisicamente na Biblioteca de Referência de NEAB/UDESC localizada no Campus I da UDESC<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Sala 301 (3º andar) do Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED / Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi – Florianópolis/SC.